

Para que serve eleger deputados do PCP para o PE?

Para que serve eleger deputados do PCP para o PE?

Muitos serão aqueles a quem tal interrogação se coloca.

Para responder a tais dúvidas apresenta-se oportuno dar a conhecer alguns aspectos fulcrais do posicionamento e da actividade desenvolvida pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu.

Como convirá desfazer uma ideia ainda muito generalizada: a de que o Parlamento Europeu tem competências limitadas.

Hoje já não é bem assim, principalmente com a entrada em vigor das alterações ao Tratado da União Europeia adoptadas em Amesterdão.

Para além das atribuições no domínio orçamental, o Parlamento – que é inegavelmente um fórum político de importância crescente, até pêlo facto de ser a única instituição comunitária resultante de eleições directas – intervém ainda em domínios muito vastos e tem já uma palavra decisiva na definição de legislação comunitária em diversas áreas, nomeadamente em parceria com o Conselho (órgão em que têm assento os governos). Sendo certo que tais orientações comunitárias têm uma incidência crescente em vastos domínios da vida nacional.

Ao que acresce o importante papel de fiscalização que igualmente lhe está incumbido e que a recente votação de uma moção de censura à Comissão Europeia e sua demissão bem ilustraram.

É, aliás, porque estão conscientes desta realidade que os deputados do PCP no Parlamento Europeu – e como é timbre dos eleitos comunistas em qualquer instituição – também aí não se poupam a esforços.

E fazem-no, neste caso, com motivações bem precisas e em direcções muito claras:

– Defendendo intransigentemente os interesses nacionais, nas negociações mais gerais, mas igualmente

nos debates sobre aspectos específicos com incidência para o país.

Potenciando o que de positivo deles poderá resultar e tentando evitar – e evitando, não raras vezes – o que de prejudicial resultaria da concretização de certas propostas.

Invocando, para isso e permanentemente, o objectivo da coesão económica e social.

– Acompanhando, a par e passo, intervindo e influenciando o curso do processo de integração. E não são de pequena monta as alterações que lhe têm vindo ou se perspectivam vir a ser introduzidas (lembramos Maastricht e Amesterdão ou, mais concretamente, o euro e o Banco Central Europeu; ou a política Externa e de Segurança Comum; também Schengen; mas ainda o alargamento, a Agenda 2000 e as reformas dos fundos e da PAC).

– Colocando as questões sociais no centro das suas preocupações e iniciativas. O desemprego e a qualidade do emprego, antes de mais. No contexto de debates sobre a matéria, mas também no âmbito da discussão de políticas ou orientações mais gerais mas que para tal se revelam determinantes.

– Mantendo uma estreita articulação com o país e com as suas realidades próprias, com as organizações sectoriais e regionais do partido e com múltiplas organizações unitárias, profissionais ou outras, efectuando permanentes deslocações por todo o território nacional, sempre com o objectivo de introduzir na agenda europeia as preocupações e aspirações nacionais.

Sobretudo, os deputados do PCP mantiveram-se atentos e intervenientes em domínios especificamente de interesse para o país.

Relativamente a sectores decisivos, como o têxtil, o vinho, o azeite ou as pescas; a grandes empreendimen-

tos como o Alqueva, a Ponte Vasco da Gama ou o Metro do Porto; a situações excepcionais como a relativa à BSE e ao embargo subsequente; a questões transfronteiriças como a de Aldeiadavila ou do plano hidrológico espanhol; a problemas económico-sociais como o da Renault ou, mais amplo, o da redução do tempo de trabalho; à igualdade das mulheres ou ao desemprego dos jovens; às regiões ultraperiféricas; à droga e ao branqueamento de capitais, à emigração e aos fenómenos de racismo e xenofobia; às catástrofes (nos Açores, na Câmara Municipal de Lisboa ou na agricultura); às gravuras de Foz Coa.

Centenas de intervenções, resoluções, propostas e perguntas, foram sobre estes e muito outros temas formuladas pelos deputados do PCP. Muitas vezes com resultados positivos. Por exemplo, fazendo incluir, em vários relatórios, a exclusividade da gestão das doze milhas pelos Estados ribeirinhos e seu aumento para 24 milhas, ou o princípio da modulação das ajudas directas aos agricultores, de forma a garantir maiores apoios aos pequenos e médios agricultores; fazendo adoptar, em relatório próprio, a consideração do sector têxtil como uma fileira produtiva; fazendo aprovar verbas no orçamento comunitário para reconversão das florestas nacionais e para prevenção aos incêndios; consignando, no mesmo orçamento, montantes a destinar às cidades consideradas património mundial pela UNESCO, às Pequenas e Médias Empresas, particular-

mente do sector têxtil e à participação das instituições comunitárias na EXPO-98 de Lisboa.

E nunca esquecendo o povo de Timor, em prol de cuja luta, aliás, conseguiram fazer inscrever no orçamento comunitário, pela primeira vez, uma significativa verba.

Um tal nível de intervenção só foi e é possível pela profunda e permanente ligação ao país.

Que se consubstanciou em deslocações de norte a sul, aos Açores e à Madeira; em contactos com os mais diversos sectores; na participação em inúmeros colóquios e outras sessões similares; em conferências de imprensa diversas e sobre variados temas; em convites a múltiplos e diversificados grupos de visitantes. E que ganhou uma simbólica expressão em momentos singulares como os ocasionados pela “Embaixada do Alentejo a Estrasburgo”, pela presença de José Saramago em Bruxelas em duas ocasiões ou com a actuação do Coro Lopes Graça, da Academia de Amadores de Música, ainda na capital belga.

A presença dos deputados do PCP no Parlamento Europeu tem-se revelado indispensável. É, por isso, necessário assegurar a sua continuidade.

Mais: o país e os trabalhadores muito beneficiariam com o reforço desta presença insubstituível.

Para tanto é fundamental o empenhamento de todos no processo eleitoral que se aproxima. Esclarecendo. Participando. Com confiança e determinação!

